

História pública: o desafio da profissão de historiador

Ephemeris and political discourses in the police report of the Rio de Janeiro Military Police (1964-1969)

Edson Silva de Lima

*Doutoranda em História pela
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
edsonhistoriauerj@gmail.com*

Resumo: Nosso foco nesse artigo se concentra na discussão sobre a regulamentação da profissão de historiador como um problema para história pública, e vice-versa. Se por um lado temos uma demanda para reorientação do que é ser um profissional que produz, pensa, escreve e se dá a leitura, por outro temos um grupo que advoga pela abertura e expansão do que pode ser a definição do “título” historiador. Uma disputa que claramente aponta para determinar de quem é a posse, quem de fato detém o “monopólio” da produção do conhecimento histórico, e que se orienta pelas vias da “legalidade”, ou regulamentação verticalizada em um projeto de lei que dá orientações sobre aqueles que “podem” ou tem o “direito” de ter a alcunha de Historiador.

Palavras-chave: história pública; regulamentação; história política.

Abstract: Our focus in this article focuses on the discussion of the regulation of the profession of historian as a problem for public history, and vice versa. If on the one hand we have a demand for a reorientation of what it is to be a professional who produces, thinks, writes and gives himself the reading, on the other hand we have a cheer that advocates the opening and expansion of what may be the definition of the "title" historian. A dispute that clearly points to who owns the possession, who actually holds the "monopoly" of the production of historical knowledge, and who is guided by the "legality" or vertical regulation in a bill that gives guidance on Those who "can" or have the "right" to have the nickname of Historian.

Keywords: public history; regulation; political history.

Introdução

Elas estão fora da academia e apontam para um conhecimento personalizado, experiencial ou autodidata que informa o indivíduo sobre o papel da história em moldar seu presente. É história pública também porque, em seu reconhecimento, ela empodera o indivíduo na percepção de sua posse e como colaboradores para aquilo que a história é e como ela é feita.

Discussões acerca da história pública têm ganhado diversos espaços no intuito de estabelecer uma agenda que dê conta de problematizar o papel do historiador, a importância social do conhecimento acadêmico, suas possíveis apropriações por diferentes públicos, seu caráter multidisciplinar de produção histórica e suas várias linguagens e também a relação da história com as políticas públicas, entre muitas outras questões.

A história pública, de modo geral, fez emergir questões que estavam recalcadas para o historiador que se achava neutro, distante e isento. Ela intensificou de modo positivo a crise de identidade desse profissional. Seja tomando impulso para se posicionar no mundo vivido, seja para escrever uma história “humana”, ou ainda tirar o historiador do seu lugar privilegiado e solar de observador. Assim a relação sujeito/objeto encontrou força para desmontar a lógica cartesiana que de alguma forma ainda teria lugar nas humanidades.

Nesse intuito, organizam-se seminários, simpósios, cursos, publicações que, aliado à formação de uma Rede Brasileira de História Pública, demonstram o crescente interesse e a repercussão dessas discussões entre os pesquisadores brasileiros. A conceituação e mesmo a sistematização do que vem a se chamar de História Pública tem origem anglo-saxã, e abarca em seu escopo preocupações políticas, sociais e culturais, podendo ser delimitado da seguinte maneira:

o termo história pública procura dar conta, de uma forma ampla, das relações e do diálogo entre a produção acadêmica e não acadêmica do conhecimento histórico. De um lado, os lugares de produção de saber histórico se multiplicaram, indo além dos departamentos e centros universitários. De outro, as numerosas contendas sobre a memória coletiva e o dever de memória têm frequentemente colocado a disciplina histórica no centro de debates públicos com amplas repercussões políticas e sociais. Tais fenômenos refletem-se na vasta produção editorial, audiovisual, museológica, entre

outras, que mobiliza saberes históricos, articulando demandas por esse tipo de conhecimento vinda de diversos setores da sociedade civil e do Estado (EDITORES, 2014: 229).

A citação acima nos permite apontar para uma condição tautológica da terminologia que tem se afirmado como uma “área” de reflexão sobre o alcance da prática e portanto, do texto historiográfico em relação a sociedade não-especializada. Acentuamos também sua contradição interna, na medida em que critica aquilo que consideram de curto alcance da historiografia profissional institucionalizada; também vinculam a legitimação de suas vozes nas instituições de constrangimento (FOUCAULT, 1970). Em outras palavras, a condição de validade do discurso impresso nessa modalidade de atuação historiadora pode ser compreendida como um sistema silogístico de corolários e perfectibilidade institucional.

Aqui nesse trabalho, nosso foco se concentra na discussão sobre a regulamentação da profissão de historiador como um problema para história pública, em outras palavras uma produção de história que buscaria atingir espaços e públicos mais amplos que os circunscritos aos muros da academia¹. Se por um lado temos uma demanda para reorientação do que é ser um profissional que produz, pensa, escreve e se dá a leitura, por outro temos um grupo que advoga pela abertura e expansão do que pode ser a definição público consumidor de historiografias. Uma disputa que claramente aponta para determinar de quem é a posse, quem de fato detém o “monopólio” da produção do conhecimento histórico, e que se orienta pelas vias da “legalidade”, ou regulamentação verticalizada em um projeto de lei que dá orientações sobre aqueles “podem” ou tem o “direito” de ter a alcunha de Historiador.

Essas inquietações acerca do tema da regulamentação de historiador têm se arrastado há algum tempo. No entanto, somente agora, com mais uma tentativa de passar pelas instâncias parlamentares e enquanto questão para história pública, o tema se tornou visível para a população. Nós, futuros historiadores, ou mesmo antes de entrar na Universidade, não conhecíamos esse problema. Muitos de nós acreditávamos que a ANPUH era o órgão responsável por regulamentar, registrar e congregar historiadores do

1 O termo *Public History* aparece nos Estados Unidos, em meados dos anos 1970. Robert Kelley, professor da Universidade de Santa Bárbara, passou a usar o termo para se referir à atuação e produção de historiografias e outros instrumentos de publicização do conhecimento histórico. Em 1978, a revista *The Public Historian* foi criada para receber pesquisas que refletissem sobre o caráter público do fazer historiográfico - no governo, em corporações privadas, nos meios de comunicação, em sociedades históricas e museus, até mesmo em espaços privados (CARVALHO, 2017).

país, e, portanto, tendo um fim e si mesma, na medida em que esta seria a instância reguladora e normatizadora do profissional de história.

Deparamo-nos, então, ao ingressar nos bancos da academia, com essa questão complexa e de grande importância para nossa carreira profissional. Em, 2015 após aprovação na Câmara dos deputados, a PL 4699/12 entrou em pauta, sendo debatida através de muitos artigos jornalísticos, colunas e também na comunidade acadêmica e civil. Uma série de questões foi levantada em torno de uma exigência da PL, e ter diploma de nível superior em História para poder atuar nesse campo do conhecimento, das chamadas Ciências Humanas, é uma delas.

O fato é que todo o trajeto de combate pela conquista da regulamentação da profissão de historiador ainda tem causado divisão entre professores, pesquisadores e graduandos. Em determinados momentos, até poderíamos identificar uma espécie de choque de gerações em meio às discussões sobre a regulamentação. Totalmente compreensível uma vez que, observando o histórico em cena, identificamos uma luta pela profissionalização que já conta com mais de 40 anos, mais especificamente 45 anos, se levarmos em conta a primeira iniciativa em 1968. Com um hiato de 15 anos, desde 1968, foi apresentado um projeto em 1983 que encheu de esperanças a “classe” na década de 1980. O que podemos observar é que o choque de gerações supracitado resultou no que a maioria dos graduandos na década de 80 encontrou para se manter no ofício: ensino e pesquisa. Nesse caso a pesquisa era ainda mais restrita por estar diretamente vinculada à academia, e, portanto, acessível a poucos; mesmo os órgãos oficiais, ligados à cultura, sequer abriam concursos para absorver os graduados em História.

Hoje temos um leque maior de alternativas e possibilidades para os graduados em História. Oportunidade, ainda tímida, como a história empresarial, Centros Culturais, Educação museal e assessorias. De modo geral segundo Rodrigo Almeida Ferreira:

Um cenário enevoado pode se estabelecer quando se questiona a diferença entre a história pública e a chamada história científica, posto que as reflexões e problematizações a respeito das relações humanas em sua temporalidade permanecem como princípio de qualquer análise histórica. O nevoeiro, contudo, torna-se menos denso ao se perceber na história pública a premissa de ampliar os públicos para o conhecimento histórico, ou seja, favorecer a história para além dos muros da universidade (FERREIRA, 2014:80).

Isto só foi possível por conta da atuação dos graduados em História desde a década de 80, além da dimensão social e cultural pelas iniciativas alcançadas no campo da valorização da memória e, conseqüentemente, na criação de instituições, de diversas temáticas, destinadas à guarda e preservação de documentos históricos em sentido mais amplo. O que deve ser esclarecido é que a regulamentação da profissão e a presença dos historiadores nas diversas instituições gerenciadoras do patrimônio histórico-cultural transcendem a ideia de uma atuação corporativa, mas compreendem o risco e prejuízo à compreensão da História e do Patrimônio Brasileiro em seus diversos matizes.

Para ilustrar analiticamente tomamos um debate fervoroso que aconteceu no dia 23 de setembro de 2013. A Fundação Casa de Rui Barbosa promoveu um encontro sobre a profissão de historiador sob organização das pesquisadoras Keila Grinberg (UNIRIO) e Ivana Stolze Lima (FCRB e PUC-Rio). Acompanhando os desdobramentos da questão através da mídia oficial e também dos pareceres das associações e pela Associação Nacional de Historiadores – ANPUH, estive presente para conferir, como espectador (ouvinte) e como estudante em formação na época, e, pode-se dizer, foi um debate fervoroso.

178

Foram convidadas para compor a mesa, personalidades de diversas instituições de renome no meio acadêmico. São eles Marieta de Moraes Ferreira (UFRJ, Editora da FGV); José Gondra (UERJ); Renato Pinto Venâncio (UFMG) e Benito Bisso Schmidt (UFRGS). As falas seguiram a ordem acima, cada um com uma temática que propiciou uma discussão rica e interessante.

A profa. Dra. Marieta de Moraes Ferreira falou sobre *A história como ofício* (UFRJ, Editora da FGV), título do seu mais recente livro. Nele, ela recupera o percurso da profissionalização e institucionalização da História, no qual fez uma genealogia, uma arqueologia da profissão de historiador. Afirmou que a História no Brasil apareceu como um “guarda-chuva” a outras formações, permitindo que sobressaísse o autodidatismo. A historiadora também falou do surgimento da graduação em História na década 1930, na Universidade do Distrito Federal, idealizada por Anísio Teixeira, indicando que nesse momento já havia uma preocupação com a formação de professores.

Mostrou, ainda, a importância da Faculdade Nacional de Filosofia que vinculava a História a Geografia. Nesse sentido, permanecia o sentido de historiador lato sensu, ou seja, historiadores autodidatas que, embora não tendo formação no campo, escreveram obras importantes, os chamados clássicos, na literatura histórica (e do pensamento social

brasileiro), como Raymundo Faoro, Caio Prado Junior e Celso Furtado, entre outros nomes.

Nos anos 60, com as reformas de base na educação superior, a História passou a ser instrumento de mudança política com foco no presente. Ela mostrou ainda que somente em 1967/68 houve significativo ganho ao nível de pós-graduação devido à aprovação da reforma universitária, trazendo para o campo a importância da pesquisa acadêmica. Outro marco, segundo a profa. Marieta, foi 1970/80, período de maior valorização da pesquisa e estabelecimento da dicotomia professor/pesquisador, disputa que permeia os debates sobre a profissão até a contemporaneidade. Nesse discurso, deixou clara sua posição favorável à regulamentação da profissão de historiador.

A História da Educação e os desafios da normalização da pesquisa, do ensino e da formação de professores no Brasil foi a fala do prof. José Gondra (UERJ, presidente da Sociedade Brasileira de História da Educação), que se mostrou bastante inflexível quanto a sua defesa de uma regulamentação aberta. Afirmou que a prática, e, portanto, o exercício contínuo forma o historiador, negando assim, a importância da graduação como formação basilar para concepção do profissional da História. Com bastante veemência, afirmou, também, que se considera historiador, mesmo sem formação específica, e fez uma palestra sobre o esquecimento ou negligência sobre os estudos da História da Educação pelos historiadores “profissionais”, mostrando que esse tema somente recentemente vem tomando corpo na academia, principalmente, pelos historiadores do ensino de história. Isso não significa, no entanto, que a pesquisa na história da educação seja algo crescente.

No outro extremo, o prof. Renato Pinto Venâncio (UFMG) falou sobre os *Historiadores em arquivos: serviços de mediação cultural*. Não levantou nenhuma polêmica, mas acrescentou a importância dos historiadores se relacionarem cada vez mais com os arquivistas para aperfeiçoar o instrumental metodológico do historiador. No entanto, defendeu com força a importância da graduação em história.

Por fim, o prof. Benito Bisso Schmidt (UFRGS), que falou sobre *A história e seus públicos*, tendo como cerne do seu discurso mostrar o quanto de ofício tem na profissão de historiador, com um texto bem elaborado que o mostrou como elemento mediador e bastante maleável. Deixou claro que a regulamentação é um campo de luta, inclusão e exclusão. E, portanto, é preciso saber quais são as tensões e, principalmente, a importância da luta de representações que está no bojo desse debate.

Visto isso, podemos perceber que o debate sobre a regulamentação da profissão de historiador ainda necessita de muitas reflexões. É preciso que tomemos essa discussão

como ferramenta para pensarmos as dificuldades de atuação e mercado para esse profissional. Mas, também, precisamos compreender as fronteiras e os limites da profissão.

As disputas de memória são pungentes nesse cenário. Nesse debate ficou explícito que a orientação se dá para um deslocamento do profissional de história. Um profissional de entremeios, de fronteiras, de negociações. Segundo Peter Novick, citado no artigo “What are historians for?”, de Justin Champion: “Peter Novick has claimed that the job of historians is to make up ‘interesting provocative, even edifying Stories... as a contribution to collective self understanding’ – in doing so they ‘make no greater (but also no lesser) truth claims than poets or painters” (CHAMPION, 2008: 186).

Nesse sentido, o papel do historiador está diretamente relacionado à sua função pedagógica. Argumento que corrobora com a necessidade de ser legitimado como aquele que tem uma relação efetiva com a verdade. De modo geral, podemos afirmar que a contemporaneidade está marcada pelo incessante investimento de produção de memórias através dos chamados “lugares de memória”, ou seja, uma expansão utilitária do passado, com uso midiático e, portanto, como ferramenta dos meios de comunicação, bem como um crescente número de patrimônios produzidos marcados pelo processo de globalização.

A relação que se estabelece aqui é que, enquanto guardiões da verdade e, portanto, da história e da memória, o historiador tende a querer o monopólio da produção e do saber histórico e historiográfico. Concordo com o professor da Universidade Federal Fluminense Alexandre Santos de Moraes que diz que, “todos nós estamos razoavelmente de acordo que a grande maioria dos saberes produzidos no ambiente universitário é absolutamente hostil aos “não iniciados”, ou seja, historiadores escreveriam para historiadores (MORAES, 2014).

Essa afirmação coloca em xeque o hermetismo com que se tem pensado a profissão de historiador, e também sua condição social à revelia de sua posição política. A história pública traz consigo essa possibilidade de reorientar o saber histórico, não para retirá-lo da universidade, mas para que seu instrumental, léxico, comunicativo e por tanto, seu potencial comunicativo encontrem o limite, a fronteira entre o muro e o que tem para além dele. Moraes assevera assim que,

neste sentido, é certo que a noção de uma História Pública já evoca um novo horizonte de possibilidades de produção do discurso: ainda que passando pela universidade, é provável resultado da constatação primeira de que, como

autores (ou emissores), não possuímos (ou deveríamos possuir) o monopólio do saber histórico (2014).

A capacidade comunicativa da historiografia precisa ser reafirmar, pois na comparação feita entre o pintor e o historiador feita por Champion (2008:187), *Historians, I believe, should work in the same way. We generate plausible and 'real' pictures of the past.* Nesse sentido, o discurso do historiador se mostra potência para “invenção” de possibilidades. Em outras palavras, a escrita da história não estaria mais refém de um sistema referencial que se autorepresenta, mas se mostra favorável a compreensão do mundo, para formação de consciências históricas. Preocupada com os processos formativos advindos dessa postura emancipadora. “We do history to illuminate the nature of the human condition: the artefacts we produce are the result of a certain sort of dialogue with traces of the past – the value of that labour is shaped by the trust we and others place in a collective integrity” (CHAMPION, 2008:168).

A função da história seria desnaturalizar o presente, percebendo-o como um processo de rupturas e continuidades, refiguradas. É no interior da história que os sujeitos são construídos, pensam, agem e se relacionam entre seus grupos sociais e com o mundo. É através da noção de alteridade que a história apresenta aos sujeitos outras formas de agir, de se relacionar, valores distintos, compreendendo as diversidades e promovendo a tolerância entre as diferenças.

Agora, entra em dúvida a convicção de professores como intelectuais capazes de serem guias e orientadores da coletividade, e se discute a legítima aspiração de sujeitos não formados de elaborar formulações do passado da sociedade. Os macros sujeitos não guiam mais a história: “foi-se o tempo de Ranke, Braudel, Sérgio Buarque, de teses como O Mediterrâneo e Visões do Paraíso”. Parece ter acabado a “aliança estabelecida no final do século XVIII e em vigor até há poucos anos entre História e Utopia”, que reforçava certa representação dos historiadores sobre si mesmos (FAGUNDES, 2014: 311).

Essa mudança apontada por Bruno Flávio Lontra Fagundes (2014), na concepção daquilo de deveria ser um perfil de professor-orientador tem tomado outros contornos, não apenas porque há uma autonomização do sujeito se orientando para “emancipação”, mas de alguma forma suspendendo o princípio do “embrutecimento”, ou seja, a prática da tutela entra em crise, pois os sujeitos começaram a tomar consciência de sua

liberdade intelectual, dando os primeiros passos para acomodar e amadurecer o “poder de ser pensante” (RANCIÈRE, 2002: 63). Assim sendo, as formas de se relacionar com o conhecimento sofre mudanças significativas, a maneira como nos colocamos e pensamos sua produção e ordenação faz uma curva, uma ondulação que não permite mais um norteamento unidirecional. Em outras palavras, “o processo de emancipação intelectual, repito, é o caminho do exercício de autodeterminação no pensar, da autonomia do sujeito intelectual, uma via sempre pessoal que percorre um relevo escarpado”.

Dessa maneira, não se coloca mais em julgo a capacidade de pensar em determinados espaços, mas questionam-se os jogos pelos quais os sujeitos se tornam reféns. Se por um lado as convenções conformam uma determinada maneira de pensar e produzir, por outro, tensões se consolidam em uma estrutura de ordenamentos e hierarquizações que introduz as regras, portanto, as normas pelas quais se pode pensar efetivamente. Uma balança que ora interna, ora externa ilustra bem a condição de refém e de algoz que o debate acerca regulamentação e dos moldes necessários a possibilidade de uma história pública podem se apresentar.

O jogo proposto, então, seria de compreender que não são apenas imposições corporativas e regulares que orientam a profissão de historiador para uma regulação burocrática. Essa tensão se daria, antes de qualquer coisa, como forma de reorientar as práticas e saberes, não só desencastelando, mas também reorganizando a história e a memória. Recortes necessários que questionam o lugar desse profissional, seu papel social e que demandas contemporâneas podem ser motes de análise e composição de uma história que não esteja, exclusivamente, a serviço de outrem. Esse último suscita, inclusive, questionar os lugares de poder que fazem desse saber, saber-poder. Na medida em que todo conhecimento científico é um espaço de produção de discurso de poder. As regras do jogo, no entanto, podem sofrer ajustes, pressões, desregramentos, que podem emergir no interior das próprias regras.

Portanto, conduzir o profissional de história para outros lugares de atuação, abrindo um leque há algum tempo estreitado, pode fazer desses espaços, espaço de desvios discursivos. Se por um lado começa a se formar um mapa bem desenhado de lugares de atuação, por outro as fronteiras se tornam cada vez mais visíveis, e os atravessamentos limitados.

Colocar a história na “rua” seria de forma geral, ensejar condições de ampliar seus modos de acesso. Não está em questão uma possível simplificação, embora o princípio da inteligibilidade seja central. É preciso se fazer entender. A história pública

possibilitaria essa abertura, pois novos suportes serão ferramentas de acesso, aumentando o alcance do conhecimento histórico.

Nesse sentido é necessário ter como horizonte as construções, os tipos, os usos e principalmente, a função da consciência histórica. A função, embora, importante, todo cuidado é pouco para não cair em demasiado utilitarismo. Não é disso que estamos falando. Mas seu lugar social, em outras palavras, seu engajamento aberto. Cada vez mais tem se advogado por uma posição política e social desse profissional. É preciso se questionar da impossibilidade de separar o sujeito político, o sujeito social e o sujeito acadêmico. São deslocamentos de identidade que tem como centro o mínimo eu, ou seja, o ser indivisível de si mesmo.

A identidade profissional, portanto, é a chave que pode trazer embutida esses outros que compõe o profissional de história. O caminho daquilo que estou chamando de “legalidade burocrática” pode ser compreendido como uma forma de controle e, por conseguinte, de limitar atuação diletante, que a meu ver tem se intensificado, mas também pode ser a abertura necessária, o chamado que os historiadores esperavam para ocupar outros lugares que não se encerre nas universidades e escolas.

Aquela formação que privilegiava o profissional polarizado (licenciatura ou bacharelado) ou o profissional ambivalente (bacharelado e licenciatura) já não dá mais conta de incorporar essas demandas políticas. Os debates internos do nosso campo ganharam um forte aliado que tem cada vez mais desenraizado e colocado em jogo a latência e a potencialidade do profissional de história. Em outras palavras, a formação estritamente acadêmica, considerando exceções, não incorporariam em seu currículo uma preocupação com o mundo sociopolítico. Essa afirmação em um primeiro momento pode ressoar como uma crítica partidária e até militante, mas explico. Embora tenhamos como centro de nossos cursos acadêmicos a história política, social e econômica, salvo cursos com foco em história cultural e das sensibilidades; a ideia que temos sobre eles ainda está arraigada da tradicional história oitocentista em que o passado é o objeto restrito do historiador. Isso quer dizer que, ainda agora, somos reféns do paradigma da verdade cientificista, que nos limita a tempos e temporalidades distanciadas das demandas contemporâneas. Levando em consideração as discussões e a resistências às teorias pós estruturalistas, colocamos em questão aqui a dimensão ético-política. Nesse sentido, pleiteamos a ideia de intelectuais engajados, orientando seu pensamento para que de alguma maneira as questões do tempo presente também sejam sua residência.

Considerações Finais

Pretendemos aqui deixar evidenciado que, de modo geral, a história pública tem sido fundamental aliada para intensificar as discussões entorno da regulamentação da profissão de historiador. Não por uma questão de posse de uma alcunha ou ainda de deter o monopólio do conhecimento histórico, questões que tem se tornado lugar-comum quando entramos nesse debate. A questão se verticaliza quando encontra provocações alavancadas pela história pública.

Se por um lado temos historiadores que advogam por manter seu status daquele que tem o “direito” de fazer e falar sobre a história, por outro lado, a história pública alavanca a compreensão de mundo daqueles historiadores, mostrando que a história deveria ser “lugar comum” para todos os indivíduos. Pois seria nela que nos encontraríamos como sujeitos e cidadão que tem delimitado sua identidade pessoal e profissional. Não como polos, mas enquanto sujeito orgânico que compreende seu lugar na história e produtor de histórias.

184

Referências Bibliográficas

- BOURDIEU, P. (2004). *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Ed. da UNESP.
- CHAMPION, Justin (2008). What are historians for? *Historical Research*, vol. 81, n. 211, feb.
- CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. História Pública: uma breve bibliografia comentada. (Bibliografia Comentada). In: *Café História – história feita com cliques*. Publicado em: 6 nov. 2017. Disponível em: <<https://www.cafehistoria.com.br/historia-publica-biblio/>>. Acesso em: 28 nov. 2018.
- CHOMSKY, Noa (2006). Algumas considerações sobre os intelectuais e a escola. In: _____. *O poder americano e os novos mandarins*. Trad. Clóvis Marques. Editora Record. RJ/SP.
- EDITORES (2014). História pública – Os Editores. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 27, n. 54, pp. 229-230, dez.
- HEYMANN et.al História pública - Os Editores. *Estud. hist. (Rio J.)*, Rio de Janeiro, vol. 27, n. 54, p. 229-230, Dec. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0321862014000200229&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 nov. 2016.
- FAGUNDES, Bruno Flávio Lontra (2014). História, historiador e identidade profissional. Sobre a história do Curso de História da Universidade Federal do Paraná. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 27, n. 54, pp. 295-315, julho-dezembro.
- FERREIRA, Rodrigo Almeida (2014). O filme Xica da Silva e a História Pública: circularidade do conhecimento histórico. *Historia 2.0*, año IV, n. 8, Bucaramanga, pp.78-95, diciembre.

- FOUCAULT, Michel (1996). *A Ordem do Discurso*. Aula inaugural no College de France. Pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola.
- KEAN, Hilda & MARTIN, Paul (Orgs.) (2013). *The public history reader*. London/ New York: Routledge.
- MORAES, Alexandre Santos de (2014). História pública e literatura: reflexões sobre o discurso. *Resgate*, vol. XXII, n. 28, pp. 31-36 - Jul./Dez.
- PALLAMIN, Vera M. (2008) Sobre Ensino e Aprendizagem de Arquitetura e Urbanismo: As lições de O Mestre Ignorante. *Pós-*, São Paulo, n. 22, pp.52-60.
- RANCIÈRE, Jacques (2002). *O mestre ignorante: cinco lições sobre a emancipação intelectual*. Trad. Lilian do Valle. Belo Horizonte: Autêntica.
- RICOEUR, P. (1991). *O si-mesmo como um outro*. Trad. Lucy Moreira Cesar. Campinas: Papyrus.
- SANTHIAGO, Ricardo (2014). A história pública e suas vertentes em The Public History Reader. *Resgate*, vol. XXII, n. 28, pp.103-106 - Jul./Dez

Artigo recebido em 19 de julho de 2018.

Aprovado em 24 de outubro de 2018.

DOI:10.12957/intellectus.2018.38973

185